

# BOLETIM EXTRAORDINÁRIO

# UNIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS

Edição nº 1 - Setembro / 2012



## MOBILIZAÇÃO JÁ

**TRABALHADORES PORTUÁRIOS AVULSOS E VINCULADOS DA CODESP**

### **ASSEMBLEIA CONJUNTA DAS 8 CATEGORIAS**

**Depois da Lei nº 8630/93, Governo Federal anuncia mais  
arrocho para os portuários com o Pacote dos Portos**

Em decisão inédita, dirigentes sindicais das oito categorias de trabalhadores portuários avulsos e empregados da Codesp convocaram Assembleia conjunta para avaliar informações referentes ao “Pacote dos Portos” que será anunciado pelo Governo Federal a qualquer momento. Segundo relatos obtidos pelas três Federações (FNP - FNE e FENCOVVIB) em Brasília, as medidas vão alterar drasticamente o atual modelo portuário prejudicando mais uma vez os trabalhadores.

Vale lembrar aos companheiros que a Lei de Modernização dos Portos trouxe sérios prejuízos para as categorias, que só não foram maiores em razão da combativa atuação e interferência dos Sindicatos, além da maciça participação e mobilização dos trabalhadores portuários de todo o Brasil. Pois bem, a situação agora não é diferente e as poucas garantias que os portuários ainda têm correm sérios riscos com o “Pacote dos Portos”.

**MOMENTO É DELICADO E SUA  
PARTICIPAÇÃO É IMPORTANTE**

**AUDITÓRIO DO SINDAPORT - DIA 13 (QUINTA -FEIRA) - 9h**

**Rua Júlio Conceição, 91 - Vila Mathias - Santos/SP**

# A história se repete 20 anos depois

O chamado “Pacote dos Portos” que será anunciado pelo Governo Federal nos próximos dias é aguardado com muita expectativa pelos trabalhadores portuários. Nos portos de todo o Brasil não se fala em outra coisa e as especulações em torno do assunto só aumentam a ansiedade daqueles que tiram seu meio de vida da beira do cais e sobrevivem da atividade portuária. Ao contrário do extinto PL 8, Projeto de Lei nº 8 que se transformou na famigerada Lei de Modernização dos Portos (8.630/93), em que os trabalhadores foram chamados à mesa de negociação mesmo em total desvantagem já que do outro lado estavam governo e empresários do setor, desta vez os portuários foram totalmente marginalizados e aliados do processo e sequer foram ouvidos.

## OGMO

Sem a participação dos trabalhadores e elaborado na calada da noite, o Pacote dos Portos promete atingir em cheio as várias categorias de portuários espalhadas pelo país, acabando com as poucas garantias dos trabalhadores. A pior delas é a retirada da exclusividade dos portuários cadastrados no OGMO, abrindo o mercado de trabalho para qualquer pessoa fora do sistema. No último dia 5, durante a única audiência concedida pelo Governo Federal às três Federações, a ministra-chefe da Casa Civil Gleisi Hoffmann garantiu que os OGMOs não serão extintos. Entretanto, se a exclusividade dos portuários for retirada, a extinção do órgão gestor é apenas uma questão de tempo uma vez que o vínculo total é o maior objetivo dos grandes terminais, que querem se ver livres do alto custo e sonham em pagar à instituição apenas a taxa mensal e não mais o MMO. Sem eles o OGMO não sobrevive.

## CAP

Informações vindas do Planalto Central garantem que os Conselhos de Autoridade Portuária (CAPs) também estão com os dias contados. É um dos poucos órgãos que ainda conta com a participação e representação efetiva dos trabalhadores, ainda que em desvantagem diante dos outros três blocos, dois patronais e um público. Em Santos, o episódio que culminou com a eliminação de 4 berços de atracação na região do Paquetá, até então utilizados para navios com operação convencional no embarque do açúcar ensacado, é a maior prova desse desequilíbrio. A decisão do CAP acabou eliminando centenas de postos de trabalhos diários e só favoreceu os grandes terminais que operam o produto sem a utilização da mão de obra portuária avulsa. Na mesma audiência do dia 5, Gleisi Hoffmann optou pelo estilo “ensaboado” e não desmentiu como também não confirmou a manutenção do Conselho.

## Autoridade Portuária

Utilizadas como “cabide de empregos” e “colcha de retalhos” para políticas partidárias, as administrações das Companhias Docas poderão finalmente ser profissionalizadas. O atual modelo se mostrou eficiente apenas sob o ponto de vista empresarial em razão das administrações voltadas exclusivamente para atender os interesses dos Mantellis, Dantas, Eikes e Gerdaus da vida. Os inúmeros processos que tramitam nos tribunais contra as administrações que se sucederam no comando das Docas que o digam. Por outro lado, a data-base dos empregados não é honrada pelo governo pelo segundo ano consecutivo, em um descaso sem precedentes na história dos portos estatais. Espera-se que a profissionalização valorize cada vez mais os funcionários e verdadeiros carregadores do piano (e de políticos). E que não venham com nenhum outro PDV.

## Terminais Portuários

A autorização para que os terminais portuários localizados fora da área do porto organizado possam operar livremente cargas de terceiros e não apenas mercadoria própria é outro delicado tema que está pautado pelo governo para compor o Pacote dos Portos. O assunto é importante já que a lei prevê aos atuais contratos de arrendamento a utilização dos portuários nas operações. Portanto, carga própria ou não, o importante é que ela seja operada pelos trabalhadores cadastrados e registrados no OGMO. Na prática, se as especulações se confirmarem o governo estará criando várias outras situações idênticas as da Cosipa/Ultrafértil, que não utilizam sete das oito categorias de avulsos. Outra grande preocupação será a possível diminuição de trabalho em decorrência da fuga de cargas para os terminais fora do Porto Organizado.

# Mercado de trabalho é nosso

## Dilma e empresários querem rasgar o BAP, boletim criado pelo próprio governo para legitimar o verdadeiro trabalhador portuário

Depois de tentar enfraquecer e reduzir a representatividade dos sindicatos com a Lei nº 8.630/93, transferindo para os OGMOs a escalação, o pagamento e a administração dos serviços prestados pelos portuários, os empresários do setor agora querem ter a liberdade de contratação de trabalhadores no mercado comum, ou seja, fora do sistema. E tudo isso com as bênçãos da presidenta Dilma Rousseff e da ministra Gleisi Hoffmann, já que o ministro

de Portos, Leônidas Cristino, é apenas figurante e não manda nada. A mudança do atual critério poderá causar o desemprego em massa dos verdadeiros portuários, que foram legitimados através do BAP (Boletim de Atualização Portuária) e inscrição no OGMO. E isso não podemos permitir já que foi o próprio governo, através do GEMPO (Grupo Executivo para Modernização dos Portos), que garantiu o mercado de trabalho dos verdadeiros portuários. Mobilização Já.



Divulgação

## Sindicatos querem aumento do efetivo

### Dos cerca de 15 mil trabalhadores inicialmente inscritos no OGMO, quadro atual não atinge 7 mil

A estratégia dos Operadores Portuários em conjunto com o OGMO parece que vem dando certo. Tendo à frente o Ministério Público do Trabalho exigindo o cumprimento do descanso de 11 horas, o OGMO simplesmente não escala os trabalhadores em regime de dobra, deixando assim o terno incompleto e pronto para ser preenchido por pessoal próprio das empresas. Ao mesmo tempo não atende aos inúmeros pedidos dos sindicatos para a abertura de vagas e ingresso de novos trabalhadores.

Com as aposentadorias e passagens “dessa para uma melhor”, o manjado método vai gradativamente esvaziando os quadros das categorias sem a devida

reposição. Prevista no inciso III do artigo 18, da Lei nº 8.630/93, o treinamento, a habilitação e a inscrição de novos portuários não interessa ao OGMO e muito menos ao Ministério Público. Para eles esse artigo não vale nada. O que interessa mesmo é o artigo 8º da Lei nº 9.719/98, o que fala da dobra, e sem excepcionalidades. São dois pesos e uma única medida. Com a palavra o Ministério Público.



Divulgação

## Decreto proíbe greve e operação padrão

### Decreto 7777/2012 é um duro golpe contra o sindicalismo e lembra os tempos da ditadura

A inesperada e radical mudança de postura da presidenta Dilma no comando da Nação pegou muita gente de surpresa. O País vive o seu maior momento de turbulência nas relações trabalhistas, com intermináveis e sucessivas greves de dezenas de categorias e milhares de trabalhadores, algo sem precedentes e jamais visto nem nos tempos da ditadura. O Decreto 7777/2012, que permite a contratação de terceirizados e temporários em substituição aos servidores grevistas foi um duro e traiçoeiro golpe no sindicalismo. Não satisfeito, nos próximos dias o governo encaminha ao Congresso PL que proíbe diversas categorias de realizar operação-padrão.

A medida tem o mesmo efeito da substituição dos verdadeiros portuários por pessoal próprio das empresas.

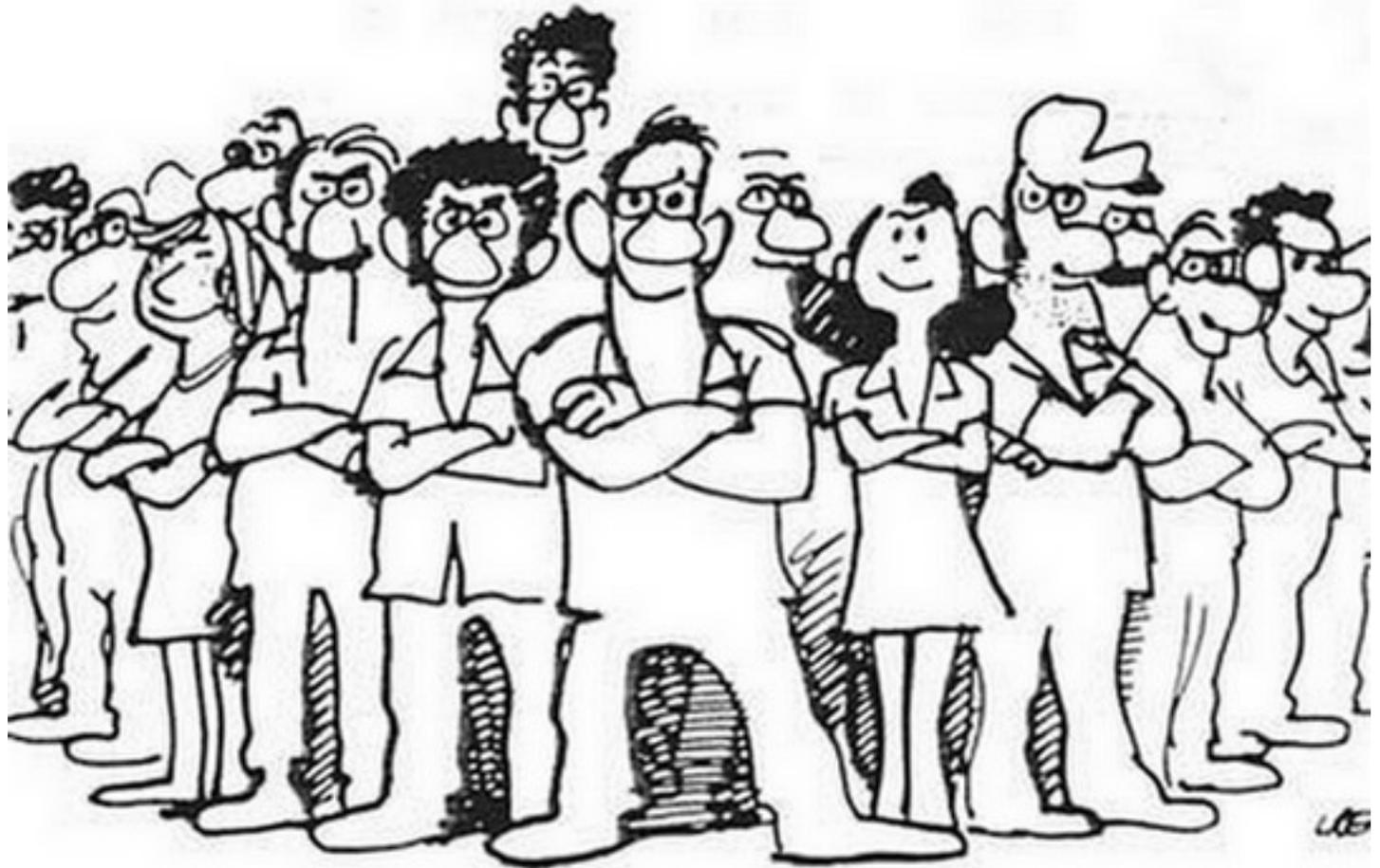
Com uma política de desnacionalização de renda e riquezas, além de uma concentração econômica voltada para alguns poucos apadrinhados, Dilma adotou o estilo FHC de governar, que aliás tanto criticou. E a partir daí, desencadeou a maior onda de privatizações da história recente do Brasil. Através de uma campanha publicitária agressiva contra as classes trabalhadoras, do excesso de Medidas Provisórias, além do uso indiscriminado da máquina governamental e de juristas “indicados”, a presidenta errou a mão no comando do País.

# Governo Federal diz não ao diálogo e segue sem ouvir os trabalhadores

**Depois dos professores, auditores e fiscais, servidores públicos, policiais federais, e etc., a decepção atracou nos portos estatais e atingiu em cheio os portuários avulsos e empregados da Codesp, que também ameaçam cruzar os braços.**

Para o presidente do Sindicato do Bloco, Jozimar Bezerra, o desrespeito aos direitos dos trabalhadores está se transformando em marca registrada da atual gestão. “São atitudes que não correspondem com os discursos, promessas e propostas de governo fazendo a gente se sentir meio que traído e passado para trás”. Segundo Jozimar, as paralisações acontecem porque a classe trabalhadora ficou sem alternativa. “Não há diálogo”, reclama. Prestes a deixar o cargo de presidente após três mandatos e nove anos de realizações à frente do sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga, Antonio Julio Antunes é outro que não esconde seu descontentamento. “Vivemos constantemente sob ameaça aos nossos direitos elementares e há anos estamos sendo apenados sem qualquer ressarcimento”. Ele espera que a nova medida provisória não desrespeite ainda mais os direitos históricos dos portuários.

Adilson de Souza, líder dos Consertadores, vai mais além e se mostra preocupado até mesmo com a extinção do trabalho avulso. “É uma realidade e os riscos existem, sobremaneira pela ausência dos trabalhadores nas discussões sobre o assunto. Falta sensibilidade ao governo no trato com os portuários”. Presidente interino do



maior sindicato de avulsos, os Estivadores, César Rodrigues Alves acredita que a mobilização das bases poderá chamar a atenção das autoridades. “Não estamos tendo escolha diante da indiferença dos governantes e se as medidas prejudicarem mais ainda os trabalhadores os portos podem parar”, alerta.

O descaso do Governo Federal não atinge apenas os trabalhadores avulsos. De acordo com Everandy Cirino dos Santos, presidente do Sindaport, os empregados das companhias docas estatais também estão em difícil situação. “É um

desrespeito o que estão fazendo com os funcionários que já caminham para a terceira data-base sem qualquer sinal de avanço”. Um pouco mais otimista, Guilherme do Amaral Távora, mandatário do Sindogeosp, ainda acredita. “Creio que a mobilização conjunta das categorias chamará a atenção do governo e quem sabe as federações consigam estabelecer um canal de negociação”.

“Mais do que nunca os trabalhadores precisam se manter unidos, coesos e com um único objetivo, que é o de garantir não apenas as nossas conquistas

trabalhistas, mas principalmente o mercado de trabalho independentemente da categoria. Isso para nós é sagrado”, afirma Claudiomiro Machado, presidente do Sintraport. Já o secretário-geral do Sindicato dos Vigias, José Cavalcante Pessoa, mais conhecido como Zezo, é mais cético. “É uma situação extremamente preocupante e estamos às raias de assistir a extinção do trabalho avulso sem ao menos termos sido consultados”. A participação dos trabalhadores na assembleia da próxima quinta-feira deixou de ser uma opção. É mais do que uma obrigação.